

00844-2004-044-03-00-0 RO

**Data de Publicação:** 16-04-2005

**Órgão Julgador:** Terceira Turma

**Tema:** TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE

**Relator:** Paulo Roberto Sifuentes Costa

**Revisor:** Maria Lúcia Cardoso de Magalhães

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA - ATIVIDADE-FIM - PRETENSÃO**

**INIBITÓRIA - Não há como atribuir caráter periférico à atividade de descarregamento e separação de botijões vazios, ainda que de outras marcas, no contexto de uma empresa cujo objeto social é**

**a "manipulação, estocagem, engarrafamento, transporte, distribuição, comércio, importação e exportação de sub-produtos da refinação de petróleo, especialmente gás liquefeito".** Sabe-se da

experiência comum (art. 335/CPC) que, na comercialização de botijões de gás aos consumidores em geral, e especialmente os residenciais, as empresas sempre levam o botijão vazio, substituindo-o por

outro cheio, cobrando apenas o valor referente ao preço do gás em si. Ora, se **praticamente toda venda implica o carregamento do botijão vazio, a atividade empresária não subsistirá se não tiver**

**empregados permanentemente encarregados de lidar com estes botijões vazios**. Em sendo ilícita a

terceirização, nos termos da jurisprudência sedimentada no Enunciado 331, III, do TST, procede a pretensão inibitória para que a ré abstenha-se de tal prática (art. 11 da Lei 7.347/85).

**Processo : 01401-2007-015-03-00-4 RO**

**Data de Publicação : 26/07/2008**

**Órgão Julgador : Quinta Turma**

**Juiz Relator : Juiza Convocada Adriana Goulart de Sena**

**Juiz Revisor : Juiza Convocada Rosemary de O.Pires**

**RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**RECORRIDA: GUTIERREZ POINT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. MOTOQUEIROS.** Restando incontroverso nos autos que a ré, além da exploração comercial de restaurantes, com comércio de salgados, doces e bebidas, **entrega em domicílio os seus produtos**, são, portanto, essenciais à sua atividade comercial os misteres desempenhados pelos motoqueiros. Assim, tais funções não estão enquadradas em sua atividade-meio, mas sim na sua **atividade-fim**, não podendo ser terceirizados através de interposta empresa e muito menos ser aceita a prestação de serviços sem qualquer vínculo empregatício com empresa terceirizada, ficando a cargo dos trabalhadores os altos riscos da atividade exercida.

**RO 0163600-46.2009.5.03.0109 – 7ª Turma, relatora juíza Alice Monteiro de Barros – Publicação:**

**DEJT 29.03.2011**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMPRESA DE PESQUISA DE OPINIÃO. SERVIÇOS DE ENTREVISTA/COLETA DE DADOS PARA PESQUISA, REVISÃO E DIGITAÇÃO DE DADOS. CONTRATAÇÃO DE FREE LANCERS. DANO MORAL COLETIVO.** O procedimento adotado pelas rés, de contratar trabalhadores, na condição de autônomos, para o exercício de funções inerentes à sua atividade-fim (entrevista/coleta de dados para pesquisa, revisão e digitação de dados), impondo-lhes a observância de diretivas acerca da prestação de serviços, revela-se antijurídico e autoriza a reparação por danos morais coletivos. O dano moral coletivo "corresponde à lesão injusta e intolerável a interesses ou direitos titularizados pela coletividade (considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões - grupos, classes ou categorias de pessoas), os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade" (Xisto Tiago de Medeiros Neto, Dano Moral Coletivo. São Paulo: LTr, 2.ed., p. 137). O reconhecimento do dano moral coletivo (e a possibilidade de sua reparação) tem respaldo constitucional (art. 5º, X, da Constituição Federal) e é tutelado pela Lei 6.938/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei 8.07/1990, do Código de Defesa do Consumidor e pela Lei 7.347/1985, da Ação Civil Pública. No caso, a atitude das rés revela nítido propósito de reduzir custos de produção, colocando em risco a condição social e a dignidade de toda uma classe de trabalhadores, na medida em que traduz sonegação de direitos trabalhistas. Diante da conduta antissocial das demandadas, impõe-se a condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, a ser destinada a instituições beneficentes com atuação nas áreas de educação, hospitalar e formação profissional, de modo a surtir efeitos diretos à população.